



Demonstrações Financeiras – 2023



Balanco Individual em 31 de dezembro de 2023

NIF : 500845603 - Moeda: Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 626 898,14 €	1 318 419,59 €
Bens do património histórico e artístico e cultural	4,5	6 642,96 €	6 642,96 €
Ativos intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	6	1 427 033,76 €	1 406 350,91 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Outros Créditos e ativos não correntes	7	55 289,87 €	53 103,38 €
		3 115 864,73 €	2 784 516,84 €
Activo corrente			
Inventários	8	57 214,73 €	24 218,73 €
Créditos a receber	9	43 090,19 €	56 059,20 €
Estado e outros entes públicos	10	35 530,87 €	11 068,28 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Diferimentos	11	9 610,47 €	9 638,86 €
Outros ativos correntes	12	569 594,02 €	62 854,30 €
Caixa e depósitos bancários	13	749 548,90 €	772 283,31 €
		1 464 589,18 €	936 122,68 €
Total do ativo		4 580 453,91 €	3 720 639,52 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	913 545,12 €	913 545,12 €
Excedentes técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	14	1 898 302,64 €	1 923 158,98 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Ajustamentos / Outras var. fundos patrimoniais	14	1 162 034,92 €	516 424,08 €
		3 973 882,68 €	3 353 128,18 €
Resultado líquido do período		7 666,00 €	-24 856,34 €
Total dos fundos patrimoniais		3 981 548,68 €	3 328 271,84 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	15	150 000,00 €	0,00 €
Outras dividas a pagar		0,00 €	0,00 €
		150 000,00 €	0,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	16	121 869,29 €	113 332,97 €
Estado e outros entes públicos	10	30 273,14 €	28 334,57 €
Fund./benem. /patroc. /doadores/ass./membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Diferimentos	17	47 084,03 €	65 905,13 €
Outros passivos correntes		249 678,77 €	184 795,01 €
		448 905,23 €	392 367,68 €
Total do passivo		598 905,23 €	392 367,68 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 580 453,91 €	3 720 639,52 €

O Conselho de Administração

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O Contabilista Certificado

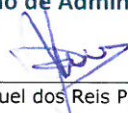
Maria do Céu Pinto
(Maria do Céu Pinto, CC nº 31796)

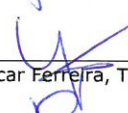
Demonstração de Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2023

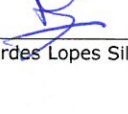
NIF : 500845603 - Moeda: Valores em euros

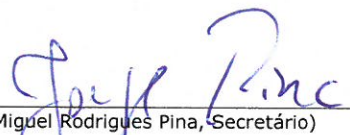
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	18	1 757 585,48 €	1 889 564,71 €
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1 179 139,87 €	1 078 270,71 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos dos inv. vendidos e das matérias cons.	8	-1 438 421,47 €	-1 585 500,77 €
Fornecimentos e serviços externos	20	-356 750,18 €	-367 536,45 €
Gastos com o pessoal	21	-1 156 600,37 €	-1 051 802,26 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber	9.2	-508,75 €	1 036,16 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	22	107 883,21 €	112 727,37 €
Outros gastos	22	-7 548,95 €	-11 238,44 €
Resultados antes de deprec., gastos de finan. e impostos		84 778,84 €	65 521,03 €
Gastos/reversões de depreciação e de amort.	4/5/7	-103 138,80 €	-103 810,09 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financ. e imp.)		-18 359,96 €	-38 289,06 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	30 609,25 €	13 449,37 €
Juros e gastos similares suportados	23	-4 583,29 €	-16,65 €
Resultados antes de impostos		7 666,00 €	-24 856,34 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		7 666,00 €	-24 856,34 €

O Conselho de Administração


(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

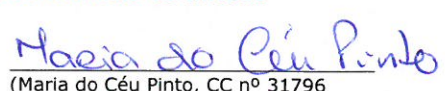

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)


(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)


(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)


(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O Contabilista Certificado


(Maria do Céu Pinto, CC nº 31796)



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

NIF : 500845603 - Moeda: Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
FLUXOS DE CAIXA ACTIVID. OPERACION. – MÉT. DIRECTO			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 787 699,47	1 900 195,27
Pagamentos de subsídios		7,50	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	-5 100,90
Pagamentos a fornecedores		-1 811 394,21	-1 918 290,16
Pagamentos ao pessoal		-782 433,83	-705 203,48
Caixa gerada pelas operações		-806 121,07	-728 399,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		809 587,85	798 838,62
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 466,78	70 439,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-391 127,66	-76 178,25
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	1 432,59
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		709,77	387,86
Outros ativos		53 023,68	55 795,40
Subsídios ao investimento		154 430,96	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-182 963,25	-18 562,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		150 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		11 343,39	6 460,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-25 634,08
Juros e gastos similares		-4 581,33	-10,61
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		156 762,06	-19 184,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-22 734,41	32 692,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	772 283,31	739 591,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	749 548,90	772 283,31

O Conselho de Administração

(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)

(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)

(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)

(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O Contabilista Certificado

(Maria do Céu Pinto, CC nº 31796)

Índice

1. Identificação da Entidade	1
2. Referencial Contabilístico	2
2.1. Identificação do referencial contabilístico	2
2.2. Derrogações do SNC-ESNL e respetivos efeitos	3
2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do período anterior	3
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..	3
3.1. Principais políticas contabilísticas	3
3.2. Alterações das políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas e erros	9
3.3. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL	9
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	10
4.1. Política Contabilística.....	10
4.2. Métodos de depreciação usados.....	11
4.3. Taxas de depreciação usadas.....	12
4.4. Movimentos efetuados no período.....	12
4.5. Bens do património histórico, artístico e cultural	15
5. Ativos Intangíveis.....	16
5.1. Política Contabilística.....	16
5.2. Métodos de depreciação usados.....	17
5.3. Taxas de depreciação usadas.....	17
5.4. Movimentos efetuados no período.....	17
6. Investimentos Financeiros	19
6.1. Política Contabilística.....	19
6.2. Discriminação do saldo no período	19

7. Outros Créditos e Ativos não Correntes.....	19
7.1. Propriedades de Investimento	20
8. Inventários	22
8.1. Política Contabilística.....	22
8.2. Descriminação do saldo no período	23
9. Créditos a receber.....	24
9.1. Política Contabilística.....	24
9.2. Descriminação do saldo no período	25
10. Estado e outros entes públicos	25
10.1. Política Contabilística.....	25
10.2. Descriminação do saldo no período	26
11. Diferimentos	26
11.1. Política Contabilística.....	26
11.2. Descriminação do saldo no período	27
12. Outros Ativos Correntes	27
12.1. Política Contabilística.....	27
12.2. Descriminação do saldo no período	28
13. Caixa e Depósitos bancários	28
13.1. Política Contabilística.....	28
13.2. Descriminação do saldo no período	29
14. Fundos Patrimoniais	29
14.1. Política Contabilística.....	29
14.2. Movimentos no período	30
15. Financiamentos obtidos	30
15.1. Política Contabilística.....	30
15.2. Descriminação do saldo no período	31
16. Fornecedores	31
16.1. Política Contabilística.....	31

[Handwritten signatures and initials]

16.2. Descriminação do saldo no período	31
17. Outros Passivos Correntes	32
17.1. Política Contabilística.....	32
17.2. Descriminação do saldo no período	32
18. Rédito.....	33
18.1. Política Contabilística.....	33
18.2. Descriminação do saldo no período	34
19. Subsídios e outros apoios de entidades públicas.....	35
19.1. Política Contabilística.....	35
19.2. Descriminação do saldo no período	36
20. Fornecimentos e serviços externos.....	37
20.1. Descriminação do saldo no período	37
21. Benefícios dos empregados e gastos com o pessoal.....	38
21.1. Número médio de empregados e membros da Administração	38
21.2. Remunerações dos órgãos de administração, direção e supervisão	38
21.3. Descriminação do saldo do período	39
22. Outros Rendimentos e Outros Gastos.....	39
22.1. Outros rendimentos	39
22.2. Outros gastos	40
23. Resultados Financeiros.....	40
24. Acontecimentos após data de Balanço	41
25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	41



[Handwritten signature]
Ref. 12/12/23

Anexo em 31 de dezembro de 2022

1. Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO LAURA SANTOS” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos aprovados por despacho da Ministra da Presidência e Modernização Administrativa em 27 de agosto de 2018, e registada com o NIF 500845603.

A Instituição tem a sede registada na Av. Francisco dos Santos, Nº 2, Moimenta da Serra – Guarda. Dispõe de diversas instalações sendo todas elas situadas em Moimenta da Serra – Guarda, exceto o Posto de Combustível situado na Zona Industrial de Gouveia.

A Fundação Laura Santos tem como fim a prestação de assistência médica, económica e moral aos necessitados sendo definidos os seguintes objetivos:

- *Promover atividades de índole social, de apoio a crianças e jovens, apoio à família e proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;*
- *Desenvolver atividades que promovam e apoiem o desenvolvimento e integração económica, social e cultural das populações, pessoas e comunidade;*
- *Desenvolver ou promover atividade ligadas à área da saúde dos utentes ou da população em geral.*

Das atividades principais fazem parte as atividades da Unidade Geriátrica (Estrutura Residencial de Pessoas Idosas e Centro de Dia), Projeto Mãos Abertas (Apoio a Crianças e Mulheres em Risco), Unidade de Apoio à Infância (Creche e CATL), ou outras a criar no âmbito da infância e da velhice.

Das atividades secundárias fazem parte as atividades do Museu – Biblioteca, da Unidade Desportiva, da Formação Profissional, Posto de Combustível e outras a criar.

As Demonstrações Financeiras são disponibilizadas na sede da Instituição ou na sua página de internet com o endereço de www.flsantos.com.

Relativamente ao período abrangido pelas Demonstrações Financeiras, este tem o seu início em 1 de janeiro de 2023 e o seu término a 31 de dezembro de 2023.

2. Referencial Contabilístico

2.1. Identificação do referencial contabilístico

Em 2023, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelos Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

2.2. Derrogações do SNC-ESNL e respetivos efeitos

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições para o SNC e para as ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras, com o período findo a 31 de dezembro de 2023, são comparáveis em todos os aspetos significativos com o período anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido aplicadas consistentemente aos exercícios apresentados.

3.1.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e tendo por base o modelo do custo com os seguintes pressupostos:

- *Regime do Acréscimo*
- *Continuidade*
- *Compreensibilidade*
- *Relevância*
- *Materialidade*
- *Fiabilidade*
- *Representação Fidedigna*
- *Substância sobre a forma*
- *Neutralidade*

Regime do Acréscimo (Periodização Económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



18
fls
Pág. 5
Ref. 1 rev. 1

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte

dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a Forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.



18 fls 18
Página 7
Zef. 1/1/23

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- *A natureza da reclassificação;*
- *A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e*
- *Razão para a reclassificação.*

3.1.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas, relativas a cada rubrica específica do balanço e da demonstração dos resultados por natureza, encontram-se descritas neste documento no ponto respeitante a cada rubrica.

3.1.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Fundação Laura Santos.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados.

Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escriturada dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.1.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representado à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros, que nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quais queres efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, assim como alterações nas estimativas contabilísticas tendo os erros detetados sido corrigidos no momento.

3.3. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela

primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor na altura (PCIPSS), foram alteradas de modo que houvesse comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Fundos Patrimoniais			
Descrição	Pcipss	Ajustamento De Transição	Ncrf-Esnl
Fundos	913 545,12 €		913 545,12 €
Reservas	3 869,54 €	-3 869,54 €	
Resultados Transitados	1 454 386,18 €	-5 688,10 €	1 448 698,08 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		512 609,71 €	512 609,71 €
Total do fundo patrimonial	2 371 800,84 €	503 052,07 €	2 874 852,91 €

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Política Contabilística

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

4.2. Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas por duodécimos, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de

vida útil estimado para cada grupo de bens. Não são apuradas depreciações por componentes.

4.3. Taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes taxas e períodos de vida útil:

Ativos Fixos Tangíveis		
Descrição	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação
Terrenos	---	---
Edifícios e outras construções	de 50 a 20 anos	de 2% a 5 %
Equipamento básico	de 8 a 4 anos	de 12,5% a 25 %
Equipamento transporte	de 7 a 4 anos	de 14,28 % a 25 %
Equipamento administrativo	de 8 a 3 anos	de 12,5% a 33,33 %
Outros Ativos	de 15 a 8 anos	de 6,66 % a 12,5%

4.4. Movimentos efetuados no período

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

ts flce
Página 13
124

Ativos Tangíveis

Exercício de 2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dot..	Abates	Transferências	Saldo final
Quantia Escriturada Bruta					
Terrenos e recursos naturais	80 642,95 €				80 642,95 €
Edifícios e outras construções	2 934 262,52 €	24 861,63 €			2 959 124,15 €
Equipamento básico	272 848,53 €	6 050,91 €			278 899,44 €
Equipamento de transporte	242 787,09 €				242 787,09 €
Equipamento administrativo	42 366,43 €	1 042,00 €			43 408,43 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	53 073,28 €	375 850,65 €			428 923,93 €
Total	3 625 980,80 €	407 805,19 €	0,00 €	0,00 €	4 033 785,99 €
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00 €				0,00 €
Edifícios e outras construções	1 843 573,37 €	64 856,22 €			1 908 429,59 €
Equipamento básico	247 496,63 €	9 257,48 €			256 754,11 €
Equipamento de transporte	178 610,25 €	23 714,80 €			202 325,05 €
Equipamento administrativo	37 880,96 €	1 498,14 €			39 379,10 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
Total	2 307 561,21 €	99 326,64 €	0,00 €	0,00 €	2 406 887,85 €
Valor Líquido	1 318 419,59 €				1 626 898,14 €

Ativos Tangíveis

Exercício de 2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dot.	Abates	Transferências	Saldo final
Quantia Escriturada Bruta					
Terrenos e recursos naturais	80 642,95 €				80 642,95 €
Edifícios e outras construções	2 905 049,52 €	29 213,00 €			2 934 262,52 €
Equipamento básico	275 409,76 €	4 760,57 €	7 321,80 €		272 848,53 €
Equipamento de transporte	250 332,97 €	32 329,33 €	39 875,21 €		242 787,09 €
Equipamento administrativo	42 210,48 €	1 182,16 €	1 026,21 €		42 366,43 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	21 033,00 €	32 040,28 €			53 073,28 €
Total	3 574 678,68 €	99 525,34 €	48 223,22 €	0,00 €	3 625 980,80 €
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00 €				0,00 €
Edifícios e outras construções	1 777 201,22 €	66 372,15 €			1 843 573,37 €
Equipamento básico	244 417,25 €	10 401,18 €	7 321,80 €		247 496,63 €
Equipamento de transporte	192 728,02 €	23 019,94 €	37 137,71 €		178 610,25 €
Equipamento administrativo	38 582,54 €	324,63 €	1 026,21 €		37 880,96 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €				0,00 €
Total	2 252 929,03 €	100 117,90 €	45 485,72 €	0,00 €	2 307 561,21 €
Valor Líquido	1 321 749,65 €				1 318 419,59 €

4.5. Bens do património histórico, artístico e cultural

4.5.1. Política Contabilística

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade, a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables.

4.5.2. Movimentos no período

No exercício de 2023 e 2022 não houve alteração relativamente ao saldo inicial uma vez que não existiram adições nem alienações no período.

Bens do património histórico, artístico e cultural					
Exercício de 2023 e 2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições e Dotações	Abates	Transferências	Saldo final
Bens Imóveis	0,00 €				0,00 €
Arquivos	3 606,76 €				3 606,76 €
Bibliotecas	3 036,20 €				3 036,20 €
Museus	0,00 €				0,00 €
Bens móveis	0,00 €				0,00 €
Total	6 642,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 642,96 €

5. Ativos Intangíveis

5.1. Política Contabilística

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

5.2. Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As depreciações são calculadas por duodécimos, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

5.3. Taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Intangíveis		
Descrição	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação
Projetos de Desenvolvimento	3 anos	33,33%
Programas de Computador	3 anos	33,33%

5.4. Movimentos efetuados no período

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Ativos Intangíveis

Exercício de 2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dot.	Abates	Transferências	Saldo final
Quantia Escriturada Bruta					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 313,00 €				1 313,00 €
Total	28 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 250,00 €
Depreciações acumuladas					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 313,00 €				1 313,00 €
Total	28 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 250,00 €
Valor Líquido	0,00 €				0,00 €

Exercício de 2022

Quantia Escriturada Bruta					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 409,00 €		96,00 €		1 313,00 €
Total	28 346,00 €	0,00 €	96,00 €	0,00 €	28 250,00 €
Depreciações acumuladas					
Projetos de Desenvolvimento	26 937,00 €				26 937,00 €
Programas de Computador	1 409,00 €		96,00 €		1 313,00 €
Total	28 346,00 €	0,00 €	96,00 €	0,00 €	28 250,00 €
Valor Líquido	0,00 €				0,00 €

6. Investimentos Financeiros

6.1. Política Contabilística

Todos os Investimentos Financeiros são mensurados pelo método do custo, sendo verificada a existência de eventuais imparidades nos ativos. Aqueles, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

6.2. Descriminação do saldo no período

Nos períodos de 2023 e 2022, a Instituição detinha os seguintes “Investimentos Financeiros” não tendo sido consideradas quaisquer imparidades nestes ativos:

Outros investimentos financeiros		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Apolices Zurich	1 420 262,54 €	1 399 694,26 €
Fundo Reestruturação Sector Solidário	1 450,89 €	1 450,89 €
Fundo de Compensação do trabalho	5 320,33 €	5 205,76 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00 €	0,00 €
Total	1 406 350,91 €	1 392 197,37 €

7. Outros Créditos e Ativos não Correntes

7.1. Propriedades de Investimento

7.1.1. Política Contabilística

As “Propriedades de Investimento” incluem os terrenos detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais não obtém qualquer rendimento, e edifícios detidos pela Instituição para obter rendas e não para uso ou ocupação própria. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor inicial.

7.1.2. Restrições, Garantias e Compromissos

A 31 de dezembro de 2023, o Prédio de Matosinhos tinha uma hipoteca ativa a favor do Banco Eurobic no valor de 150.000,00.

7.1.3. Movimentos efetuados no período

No exercício de 2023, houve a aquisição por doação de uma casa no Outeiro de S. Pedro em Moimenta da Serra.

Handwritten signature and initials

Propriedades de Investimento				
Exercício de 2023				
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Saldo final
Quantia Escriturada Bruta				
Casa de Vila Cortez da Serra	535,82 €	0		535,82 €
Casa de Paços da Serra	324,05 €			324,05 €
Casa de Nabais	2 857,73 €			2 857,73 €
Predio de Matosinhos	180 892,10 €			180 892,10 €
Casa de Moimenta da Serra	0,00 €	5 992,55		5 992,55 €
Total	184 609,70 €	5 992,55 €	0,00 €	190 608,35 €
Depreciações acumuladas				
Casa de Vila Cortez da Serra	182,20 €	10,72 €		192,92 €
Casa de Paços da Serra	110,20 €	6,48 €		116,68 €
Casa de Nabais	971,65 €	57,15 €		1 028,80 €
Predio de Matosinhos	130 242,27 €	3 617,84 €		133 860,11 €
Casa de Moimenta da Serra	0,00 €	119,97 €		119,97 €
Total	131 506,32 €	3 812,16 €	0,00 €	135 318,48 €
Valor Líquido	59 102,03 €			55 289,87 €
Exercício de 2022				
Quantia Escriturada Bruta				
Casa de Vila Cortez da Serra	535,82 €			535,82 €
Casa de Paços da Serra	324,05 €			324,05 €
Casa de Nabais	2 857,73 €			2 857,73 €
Predio de Matosinhos	180 892,10 €			180 892,10 €
Total	184 609,70 €	0,00 €	0,00 €	184 609,70 €
Depreciações acumuladas				
Casa de Vila Cortez da Serra	171,48 €	10,72 €		182,20 €
Casa de Paços da Serra	103,72 €	6,48 €		110,20 €
Casa de Nabais	914,50 €	57,15 €		971,65 €
Predio de Matosinhos	126 624,43 €	3 617,84 €		130 242,27 €
Total	127 814,13 €	3 692,19 €	0,00 €	131 506,32 €
Valor Líquido	56 795,57 €			53 103,38 €

No decurso dos períodos findos em 2023 e em 2022 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos com propriedades de investimento:

Exercício de 2023				
Descrição	Rendimentos	Depreciações	Gastos Diretos	Resultados
Casa de Vila Cortez da Serra		10,72 €		-10,72 €
Casa de Paços da Serra		6,48 €		-6,48 €
Casa de Nabais		57,15 €		-57,15 €
Predio de Matosinhos	40 313,57 €	3 617,84 €	5 025,04 €	31 670,69 €
Casa de Moimenta	2 050,00 €	119,97 €	697,72 €	1 232,31 €
Total	42 363,57 €	3 812,16 €	5 722,76 €	32 828,65 €
Exercício de 2022				
Casa de Vila Cortez da Serra		10,72 €		-10,72 €
Casa de Paços da Serra		6,48 €		-6,48 €
Casa de Nabais		57,15 €		-57,15 €
Predio de Matosinhos	39 705,40 €	3 617,84 €	5 025,04 €	31 062,52 €
Total	39 705,40 €	3 692,19 €	5 025,04 €	30 988,17 €

8. Inventários

8.1. Política Contabilística

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários, o custo médio ponderado no caso das mercadorias e das matérias consumidas. Os produtos e trabalhos

em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

8.2. Descriminação do saldo no período

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Inventários				
Exercício de 2023				
Descrição	Qnt Liq. Inicial	Qnt Bruta Inicia	Imparidades	Qnt Liq. Final
Mercadorias	44 757,04 €	44 757,04 €		44 757,04 €
Matérias-primas, subs. Cons.	12 457,69 €	12 457,69 €		12 457,69 €
Total	57 214,73 €	57 214,73 €	0,00 €	57 214,73 €
Exercício de 2022				
Mercadorias	13 663,97 €	13 663,97 €		13 663,97 €
Matérias-primas, subs. Cons.	10 554,76 €	10 554,76 €		10 554,76 €
Total	24 218,73 €	24 218,73 €	0,00 €	24 218,73 €

A quantia de inventários reconhecida como um gasto, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme segue:

Gastos dos Inventários Vendidos e Matérias Consumidas**Exercício de 2023**

Descrição	Mercadorias	Mat.-primas, subs. consumo.
Saldo inicial	13 663,97 €	10 554,76 €
Compras	1 235 780,53 €	254 421,01 €
Regularizações Negativas	20 064,56 €	85,56 €
Regularizações Positivas	663,17 €	702,88 €
Saldo final	44 757,04 €	12 457,69 €
Gastos no período	1 185 286,07 €	253 135,40 €

Exercício de 2022

Saldo inicial	65 282,91 €	10 266,80 €
Compras	1 349 435,29 €	220 348,72 €
Regularizações Negativas	43 007,95 €	147,18 €
Regularizações Positivas	6 772,46 €	768,45 €
Saldo final	13 663,97 €	10 554,76 €
Gastos no período	1 364 818,74 €	220 682,03 €

9. Créditos a receber

9.1. Política Contabilística

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço as Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

9.2. Discriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, a rubrica “Créditos a Receber”, encontra-se desagregada da seguinte forma sendo registadas as seguintes imparidades:

Créditos a Receber			
Exercício de 2023			
Descrição	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida
Cientes c/c	36 754,74 €		36 754,74 €
Cientes cob duv.	13 080,73 €	13 080,73 €	0,00 €
Utentes c/c	6 335,45 €	€	6 335,45 €
Utentes cob duv	3 191,30 €	3 191,30 €	0,00 €
Total	59 362,22 €	16 272,03 €	43 090,19 €
Exercício de 2022			
Cientes c/c	51 363,24 €		51 363,24 €
Cientes cob duv.	13 080,73 €	13 080,73 €	0,00 €
Utentes c/c	4 695,96 €		4 695,96 €
Utentes cob duv	2 682,55 €	2 682,55 €	0,00 €
Total	71 822,48 €	15 763,28 €	56 059,20 €

10. Estado e outros entes públicos

10.1. Política Contabilística

A rubrica “Estado e outros entes públicos” encontra-se registada pelo seu custo.

As Perdas por Imparidade encontram-se deduzidas no Balanço, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

10.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” encontra-se desagregada da seguinte forma não tendo sido registada qualquer imparidade:

Estado e Entes Públicos		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	35 530,87 €	11 068,28 €
Total	35 530,87 €	11 068,28 €
Passivo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS)	3 816,30 €	4 827,25 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 093,78 €	4 216,77 €
Segurança Social	20 140,51 €	19 078,08 €
Outros Impostos e Taxas	222,55 €	212,47 €
Total	30 273,14 €	28 334,57 €

11. Diferimentos

11.1. Política Contabilística

Os “Diferimentos são mensurados ao custo da quantia correspondente ao rendimento ou ao gasto a reconhecer com base em documentos externos de suporte à operação (fatura ou documento equivalente).

11.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Diferimentos		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	9 035,62 €	9 085,43 €
Outras Despesas	574,85 €	553,43 €
Total	9 610,47 €	9 638,86 €
Rendimentos a Reconhecer		
Contratos IEF	0,00 €	16 197,41 €
ISS. IP - Comparticipações	17 060,16 €	45 149,45 €
Programa Cidadãos Ativos	29 066,33 €	0,00 €
Rendas	957,54 €	4 558,27 €
Total	47 084,03 €	65 905,13 €

12. Outros Ativos Correntes

12.1. Política Contabilística

Os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço as Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

12.2. Discriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, a rubrica “Outros ativos correntes” encontra-se desagregada da seguinte forma sendo registadas as seguintes imparidades:

Outros ativos correntes			
Exercício de 2023			
Descrição	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida
Dev. por acréscimos de rendimentos	22 419,58 €	7 750,00 €	14 669,58 €
Outros Devedores	554 924,44 €		554 924,44 €
Total	577 344,02 €	7 750,00 €	569 594,02 €
Exercício de 2022			
Dev. por acréscimos de rendimentos	17 317,82 €	7 750,00 €	9 567,82 €
Outros Devedores	53 286,48 €		53 286,48 €
Total	70 604,30 €	7 750,00 €	62 854,30 €

13. Caixa e Depósitos bancários

13.1. Política Contabilística

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2 utilizando o método direto.

13.2. Discriminação do saldo no período

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

Caixa e Depósitos Bancários		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Caixa	55,03 €	50,00 €
Depósitos à ordem	249 493,87 €	272 233,31 €
Depósitos a prazo	500 000,00 €	500 000,00 €
Total	749 548,90 €	772 283,31 €

14. Fundos Patrimoniais

14.1. Política Contabilística

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- *fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;*
- *fundos acumulados e outros excedentes;*
- *subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.*

14.2. Movimentos no período

Para os períodos de 2022 e 2021 esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Fundos Patrimoniais				
Exercício de 2023				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	913 545,12 €			913 545,12 €
Excedentes técnicos	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	1 923 158,98 €		24 856,34 €	1 898 302,64 €
Exced.de revalorização	0,00 €			0,00 €
Subsidios	471 554,54 €	670 159,99 €	30 547,80 €	1 111 166,73 €
Doações	44 869,54 €	5 998,65 €		50 868,19 €
Total	3 353 128,18 €	676 158,64 €	55 404,14 €	3 973 882,68 €
Exercício de 2022				
Fundos	913 545,12 €			913 545,12 €
Excedentes técnicos	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	1 858 146,92 €	65 012,06 €		1 923 158,98 €
Exced.de revalorização	0,00 €			0,00 €
Subsidios	501 958,71 €		30 404,17 €	471 554,54 €
Doações	44 869,54 €			44 869,54 €
Total	3 318 520,29 €	65 012,06 €	30 404,17 €	3 353 128,18 €

15. Financiamentos obtidos

15.1. Política Contabilística

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos

Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados por Natureza na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

15.2. Discriminação do saldo no período

A estrutura dos empréstimos obtidos no período de 2023 e 2022, é a seguinte:

Empréstimos Bancários		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Corrente	0,00 €	0,00 €
Não Corrente	150 000,00 €	0,00 €
Total	150 000,00 €	0,00 €

16. Fornecedores

16.1. Política Contabilística

A rubrica de fornecedores constitui a obrigação de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecida pelo seu valor nominal.

16.2. Discriminação do saldo no período

O saldo da rubrica de "Fornecedores", em 2023 e 2022 é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Fornecedores c/c	121 869,29 €	113 332,97 €
Total	121 869,29 €	113 332,97 €

17. Outros Passivos Correntes

17.1. Política Contabilística

Os “Outros passivos correntes” encontram-se registados pelo seu custo.

17.2. Descriminação do saldo no período

O saldo da rubrica de “Outros passivos correntes” é descriminado, em 2023 e 2022, da seguinte forma:

Outros passivos correntes			
Exercício de 2023			
Descrição	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida
Remunerações a pagar ao pessoal	507,50 €		507,50 €
Fornecedores de Investimentos	73 454,39 €		73 454,39 €
Credores por acréscimo de gastos	157 424,87 €		157 424,87 €
Outras operações	14 792,01 €		14 792,01 €
Outros credores	3 500,00 €		3 500,00 €
Total	249 678,77 €	0,00 €	249 678,77 €

Outros passivos correntes

Exercício de 2022

Descrição	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida
Remunerações a pagar ao pessoal	242,36 €		242,36 €
Fornecedores de Investimentos	16 643,92 €		16 643,92 €
Credores por acréscimo de gastos	146 799,27 €		146 799,27 €
Outras operações	17 609,46 €		17 609,46 €
Outros credores	3 500,00 €		3 500,00 €
Total	184 795,01 €	0,00 €	184 795,01 €

18. Rédito

18.1. Política Contabilística

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado das devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviço.

O Rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- *É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;*
- *Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.*

O rédito proveniente da prestação de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data de conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições:

- *O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;*
- *É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;*
- *A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.*

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

18.2. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, o rédito encontra-se desagregado da seguinte forma:

Rédito		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Vendas	1 255 951,09 €	1 436 591,42 €
Prestação de Serviços	501 634,39 €	452 973,29 €
Rendas	52 663,57 €	52 505,40 €
Juros	30 609,25 €	13 449,37 €
Total	1 840 858,30 €	1 955 519,48 €

19. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

19.1. Política Contabilística

Os “Subsídios do Estado” não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos “Fundos Patrimoniais”. Subsequentemente, relativamente aos subsídios relacionados com ativos depreciables, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciables, são mantidos nos “Fundos Patrimoniais” exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Estes subsídios são apresentados separadamente com “Subsídios à Exploração” na demonstração de resultados por naturezas.

19.2. Discriminação do saldo no período

19.2.1. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” apresentava em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os seguintes valores por entidades:

Subsídios, doações e legados à exploração		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Instituto da Segurança Social	955 671,99 €	861 474,54 €
Fundos Comunitários	0,00 €	7 613,25 €
Outras Entidades Publicas e do Estado	202 221,50 €	193 760,62 €
Outras entidades	7 934,45 €	4 063,24 €
Doações	13 311,93 €	11 359,06 €
Total	1 179 139,87 €	1 078 270,71 €

19.2.2. Apoios e subsídios relacionados com ativos

A rubrica “Subsídios atribuídos” relacionados com ativos, apresentava em 2023 e 2022 os seguintes valores:

Subsídios atribuídos

Exercício de 2023

Descrição	Ano	Montante recebido	Amort. Exerc. Ant.	Amot. do exercício	Valores Líquidos
PMA - POEFDS	2007	569 443,61 €	212 557,46 €	10 496,65 €	346 389,50 €
Energia em Rede- PO Centro	2014	146 077,89 €	111 462,54 €	6 270,99 €	33 693,22 €
	2017	5 348,86 €			
Campo de Futebol Sintético	2017	26 000,00 €	48 655,80 €	12 163,95 €	61 180,25 €
	2018	56 000,00 €			
	2019	40 000,00 €			
Sala de Snoezelen - BPI	2020	4 796,00 €	4 796,00 €	3 436,02 €	1 013,60 €
Eq. Cozinha - BPI	2023	4 200,99 €		602,61 €	3 598,38 €
Pares 3.0	2023	665 959,00 €		€	665 959,00 €
Total		1 593 614,01 €	451 899,48 €	30 547,80 €	1 111 166,73 €

Exercício de 2022

Projeto Mãos Abertas - POEFDS	2007	569 443,61 €	202 060,81 €	10 496,65 €	356 886,15 €
Energia em Rede- PO Centro	2014	146 077,89 €	105 191,55 €	6 270,99 €	39 964,21 €
	2017	5 348,86 €			
Campo de Futebol Sintético	2017	26 000,00 €	36 491,85 €	12 163,95 €	73 344,20 €
	2018	56 000,00 €			
	2019	40 000,00 €			
Sala de Snoezelen - BPI	2020	4 796,00 €	1 963,44 €	1 472,58 €	1 359,98 €
Total		923 454,02 €	421 495,31 €	30 404,17 €	471 554,54 €

20. Fornecimentos e serviços externos

20.1. Descriminação do saldo no período

Para os períodos de 2023 e 2022, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Fornecimentos e Serviços Externos		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Serviços especializados	82 544,84 €	69 360,37 €
Materiais	28 136,87 €	27 948,35 €
Energia e fluidos	159 630,39 €	183 099,01 €
Deslocações, estadas e transportes	4 261,19 €	10 949,90 €
Serviços diversos	38 422,62 €	36 213,09 €
Encargos diretos com os Utentes	43 754,27 €	39 965,73 €
Total	356 750,18 €	367 536,45 €

21. Benefícios dos empregados e gastos com o pessoal

21.1. Número médio de empregados e membros da Administração

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição em 31/12/2023 e 31/12/2022 foi de 73.

O número de membros do Órgão de Administração, no período de 2023 e 2022 foi de cinco. Na Comissão Executiva da Instituição, o número de membros cooptados ao Conselho de Administração foi de três.

21.2. Remunerações dos órgãos de administração, direção e supervisão

A Comissão Executiva usufrui as seguintes remunerações de acordo com os estatutos em vigor e as indicações da Santa Casa da Misericórdia do Porto, testamenteira da Instituição:

- Presidente – 249,40 €
- Tesoureiro – 124,70 €
- Secretário - 124,70 €

21.3. Discriminação do saldo do período

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes nos anos de 2023 e 2022:

Gastos com o Pessoal		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	5 985,60 €	5 985,60 €
Remunerações ao pessoal	909 039,83 €	818 658,44 €
Indemnizações	0,00 €	-2 133,64 €
Encargos sobre as Remunerações	197 956,41 €	188 407,30 €
Seguros de Acid.Trabalho e Doenças Prof.	8 427,25 €	8 055,88 €
Outros Gastos com o Pessoal	35 191,28 €	32 828,68 €
Total	1 156 600,37 €	1 051 802,26 €

22. Outros Rendimentos e Outros Gastos

22.1. Outros rendimentos

Para os períodos de 2023 e 2022, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Outros Rendimentos		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Rendimentos Suplementares	18 364,50 €	3 759,74 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 116,23 €	1 408,90 €
Ganhos em inventários	1 216,47 €	6 805,12 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	16,10 €	1,78 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	56 228,44 €	69 274,40 €
Outros rendimentos	30 941,47 €	31 477,43 €
Total	107 883,21 €	112 727,37 €

22.2. Outros gastos

Para os períodos de 2023 e 2022, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Outros Gastos		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Impostos	171,63 €	50,77 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 313,50 €	937,75 €
Perdas em inventários	0,00 €	7 674,80 €
Gastos nos restantes investimentos financeiros	3,91 €	457,50 €
Outros Gastos	5 059,91 €	2 117,62 €
Total	7 548,95 €	11 238,44 €

23. Resultados Financeiros

Para os períodos de 2023 e 2022, os resultados financeiros foram os seguintes:

Resultados Financeiros		
Descrição	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 583,29 €	16,65 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00 €	0,00 €
Total	4 583,29 €	16,65 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	30 609,25 €	13 449,37 €
Dividendos obtidos	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Total	30 609,25 €	13 449,37 €
Resultados Financeiros	26 025,96 €	13 432,72 €

24. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06/03/2024.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

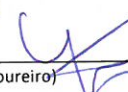
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

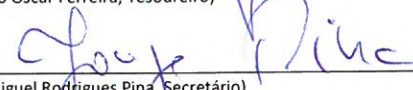
O Conselho de Administração



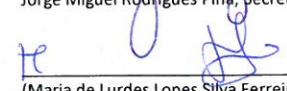
(Rui Manuel dos Reis Pais, Presidente)



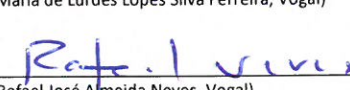
(Orlando Óscar Ferreira, Tesoureiro)



(Jorge Miguel Rodrigues Pina, Secretário)

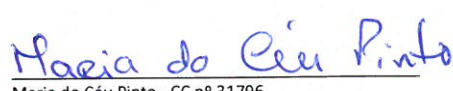


(Maria de Lurdes Lopes Silva Ferreira, Vogal)



(Rafael José Almeida Neves, Vogal)

O Contabilista Certificado



Maria do Céu Pinto - CC nº 31796



Fundação D. Laura dos Santos

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

NIF: 500 845 603

Av. Francisco dos Santos, nº6,

6290-141 Moimenta da Serra

Tel. 238 496 171 Fax 238 496 278

E-mail: info@flsantos.com Webpage: www.flsantos.com

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos dos Estatutos da Fundação Laura Santos compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas, assim como as respetivas Demonstrações Financeiras relativamente a cada exercício.

Em 8 de março de 2024, o Conselho de Administração apresentou ao Conselho Fiscal, o relatório de atividades e contas respeitantes ao exercício de 2023 para emissão do parecer deste órgão.

O Conselho Fiscal, analisou e apreciou o Relatório de Atividades das Direções Técnicas, pelo que considera que o documento evidência de forma clara o desempenho da instituição.

O Conselho Fiscal analisou também, as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Anexo, Demonstração dos Fluxos de Caixa), tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira posição patrimonial da Fundação Laura Santos em 31 de dezembro de 2023 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

Desta análise destacamos que:

- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas, obedecendo aos preceitos legais;
- Não se verificaram quaisquer situações ou atos que violassem os Estatutos;
- O Resultado Líquido do Exercício foi de 7.666,00 € (sete mil, seiscentos e sessenta e seis euros).

O Conselho Fiscal sublinha positivamente a total disponibilidade do Conselho de Administração, e em particular da Diretora Financeira, o que muito contribuiu para o desempenho das suas funções.



Tel. 238 496 638
e-mail: lar@flsantos.com

UNIDADE DE
APOIO À INFÂNCIA



Tel. 238 496 240
e-mail: uai@flsantos.com



Tel. 238 495 038
e-mail: pma@flsantos.com



CRECHE
ERPI
CATL
Atividades Desportivas

Assim, e como resultado das informações recebidas, e tendo em consideração os documentos elaborados, somos de parecer que deve ser aprovado o Relatório de Atividades e Contas para o ano de 2023, assim como as suas Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Anexo, Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Moimenta da Serra, 20 de março de 2024

O Presidente Paulo Jorge Marques Prazeres
(Paulo Jorge Marques Prazeres)

Vogal Adelaide M. Albuquerque Pais A. e
(Adelaide Maria Albuquerque Pais Amaral)

Vogal M. da Conceição Borges de Jesus Simões
(Maria da Conceição Borges de Jesus Simões)

Vogal Madalena Sofia de Jesus Lopes
(Madalena Sofia de Jesus Lopes)